



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**PARECER JURÍDICO Nº 74/2026-PGM**

**I - PREÂMBULO**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços

**Consulente:** Departamento de Licitações e Contratos

**Órgão demandante:** Secretaria Municipal de Administração

**Objeto:** Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por grupo/lote, para futura e eventual aquisição de material para construção, barras e tubos de metais para atender a diversas secretarias do Município

**Processo administrativo 1Doc:** 257/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS. PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS. BENS E SERVIÇOS COMUNS DE MERCADO. LEI Nº. 14.133/21. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS.

**II – DA CONSULTA**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com registro de preços para futura e eventual contratação dos serviços em epígrafe, para atender à demanda de diversas Secretarias.

Os autos foram regularmente formalizados e estão instruídos com os seguintes documentos, relacionados conforme anexados aos autos:

- PROCESSO\_COMPLETO



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- 
- a) Documento de Oficialização da Demanda, p. 1-3;
  - b) Estudo Técnico Preliminar, p. 4-54;
  - c) Justificativa para a não elaboração da análise de riscos, p. 55-56;
  - d) Justificativa para a ausência da menção à adequação da contratação com o Plano de Contratações Anual (elemento facultativo do ETP), p. 57-58;
  - e) Justificativa, p. 59-61;
  - f) Termo de Referência, p. 62-101;
  - g) Dotação orçamentária, p. 432-436;
  - h) Autorização do Prefeito, p. 437;
- ORÇAMENTO (Estimativas de Preços);
- 007\_EDITAL\_XX\_2026.

O presente parecer trata da análise prévia do procedimento licitatório estabelecida pelo art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021.

É o relatório.

### **III – DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **III. 1) Finalidade e abrangência do parecer jurídico.**

O parecer jurídico tem por finalidade assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, segundo preconiza o art. 53, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- I* - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II* - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, cito por analogia o Enunciado BPC n. 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

**Enunciado BPC nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Nessa esteira, presume-se que as especificações técnicas do objeto, inclusive quanto ao seu detalhamento, características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas com foco na segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Assim, as questões relacionadas estritamente à legalidade serão apontadas para fins de correção e aprimoramento da instrução processual.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

### III. 2) Planejamento da contratação. Estudo Técnico Preliminar

A Lei n. 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (artigo 18, *caput*, da lei 14133/2021).

O art. 18 apresenta o rol de elementos e documentos que devem ser providenciados na fase de planejamento, a saber:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
- IV - **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do **edital de licitação**;
- VI - a elaboração de **minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação**;
- VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - **amotivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
- X - **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#), (grifos)

No mesmo dispositivo, o legislador traçou os elementos que compõem o Estudo Técnico Preliminar, deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

De acordo com o §2º do art. 18, da novel lei de licitações e contratos, o estudo técnico preliminar deverá **conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do seu § 1º**, e quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

Essa regra foi reproduzida decreto regulamentador do ETP no âmbito do município de Comodoro/MT – decreto municipal n. 21/2023, ao dispor no § 1º do art. 8º que o instrumento deverá conter no mínimo os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput do mencionado artigo, a saber:

- (i) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- (v) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações. De modo a possibilitar economia de escala;
- (vi) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- (vii) justificativa para o parcelamento ou não da solução;
- (xiii) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Por isso, além das exigências da Lei n. 14.133/2021, deve a administração observar as regras do Decreto Municipal n. 21/2023.

Os servidores da área técnica do órgão demandante elaboraram o ETP (p. 4-54 – arquivo processo completo), que por se tratar de documento de conhecimento técnico, a avaliação e aprovação cabem, em última análise, ao próprio órgão, cabendo à assessoria jurídica a verificação de existência, no mínimo, dos documentos citados no § 2º do art. 18, da Lei n. 14.133/2021, reproduzidos no §1º do art. 8º do Decreto Municipal n. 21/2023.

Quanto à presença dos elementos facultativos, verifica-se que o ETP os abordou, **com exceção** dos incisos abaixo, em relação aos quais se recomenda sua juntada ao instrumento **ou** justificativa para a ausência (parte final do § 2º do art. 18, da lei n. 14.133/2021):



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- a) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inc. IX do § 2º do art. 18);
- b) XI - contratações correlatas e/ou interdependentes (inc. XI do § 2º do art. 18);

Todos os elementos obrigatórios do instrumento, previstos no § 2º do art. 18, da lei n. 14.133/2021, foram contemplados.

Todavia, em relação aos seus conteúdos dos elementos inseridos no instrumento, (obrigatórios ou não) são válidas algumas recomendações, para suas complementações e aderência às finalidades e natureza de cada um, a saber:

**III. 2.1) Descrição da Solução com um todo, Item 6, p. 7-8**

Da análise ao referido item, verifica-se que a equipe técnica limitou-se, em grande medida, a reproduzir fundamentos já expostos no levantamento de mercado, deixando de apresentar, de forma adequada, a efetiva descrição da solução como um todo, conforme exigido pelo art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

Cumprе destacar que a solução, para fins de Estudo Técnico Preliminar, não se confunde com a mera indicação do modelo de contratação ou com a justificativa da escolha do procedimento licitatório, consistindo, na realidade, no conjunto integrado de elementos necessários (componentes) à satisfação da necessidade administrativa, abrangendo não apenas os bens a serem adquiridos, mas também as condições de fornecimento, execução, operacionalização, controle e demais aspectos que assegurem a entrega efetiva do resultado pretendido pela Administração.

Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação. (Tribunal de Contas da União, Licitações e Contratos Orientações e Jurisprudência do TCU, 2025)



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

No caso em análise, observa-se que o texto apresentado permanece em nível genérico e descritivo, sem avançar para a definição concreta da solução a ser implementada, deixando de contemplar elementos essenciais como a caracterização dos bens, ainda que por grupos ou categorias, a forma de fornecimento, os prazos e locais de entrega, as condições logísticas e operacionais, bem como os requisitos técnicos, além de critérios de aceitação, controle de qualidade e eventual substituição, o que compromete a utilidade do ETP como instrumento de planejamento e pode fragilizar a fase subsequente da contratação.

Assim, a mera descrição abstrata da forma de contratação, salvo melhor juízo, revela-se insuficiente para atender ao comando legal, **razão pela qual se recomenda a reavaliação do referido tópico, com a devida complementação do conteúdo, de modo a explicitar, de forma estruturada e integrada, todos os elementos que compõem a solução pretendida.**

### III. 2.2) Estimativa das quantidades a serem contratadas, Item 7, p. 3 e ss.

No que se refere à estimativa das quantidades, a equipe de planejamento consignou o seguinte:

“Para a elaboração da estimativa das quantidades, foi inicialmente encaminhado para as secretarias os contratos com os devidos quantitativos do último processo licitatório, a partir dessa base, procedeu-se a um levantamento detalhado das necessidades de cada Secretaria Municipal. Com base nesse levantamento, cada secretaria elaborou e encaminhou a este Departamento, relatórios específicos contendo a previsão de utilização e a demanda estimada, **considerando o histórico passado, bem como o calendário de atividades do ano em curso e a projeção de ações futuras.**”.

No caso em análise, se identifica a referência a elementos que evidenciam o procedimento adotado para a formação da estimativa dos quantitativos, ou seja, séries históricas de consumo e projeções futuras (consumo provável).

Porém, a parte final do inc. IV do § 1º do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, exige que a **estimativa das quantidades seja acompanhada das respectivas memórias de cálculo e dos**





**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**documentos que lhe dão suporte**, de modo a permitir a rastreabilidade e a verificação da metodologia empregada.

Embora se mencione o encaminhamento de “relatórios específicos de quantidade estimada” de cada secretaria (p. 109-436), salvo melhor juízo, não foram juntados documentos que demonstrem o consumo pretérito ou que permitam aferir a razoabilidade das quantidades estimadas por meio de projeções futuras, o que compromete a transparência e a confiabilidade do planejamento.

A ausência dessas informações fragiliza o Estudo Técnico Preliminar e pode ensejar questionamentos pelos órgãos de controle, na medida em que **impede a verificação da aderência dos quantitativos à real necessidade da Administração, por meio documental.**

Diante desse cenário, **recomenda-se que o órgão demandante promova a revisão do item, de forma a anexar, tanto quanto possível, e no que couber, os documentos e dados que fundamentam as projeções realizadas**, conforme indicado no item 7 do ETP (histórico passado, bem como o calendário de atividades do ano em curso e a projeção de ações futuras), em estrita observância ao art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

**III. 2.3) Justificativa para o parcelamento ou não da contratação – Item 9, p. 50**

No ETP consta que a contratação será adjudicada em lotes/grupos de itens.

Resulta desse formato a divisão do objeto em **5 lotes/grupos de itens**. (item 2 do TR – p. 62 e ss.), a saber:

Lote 1: Materiais de Construção;

Lote 2: Materiais elétricos;



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Lote 3: Ferragens;

Lote 4: Materiais hidráulicos;

Lote 5: Materiais para pintura;

No que tange ao parcelamento do objeto, dispõe o art. 40, inc. V, “b”, da lei n. 14.133/2021, que o planejamento das compras devem observar o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Ainda no art. 40, § 2º, estabelece que na aplicação do princípio do parcelamento se observará: I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, reza o § 3º que o parcelamento não será adotado quando: I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

No caso em concreto, a definição do órgão demandante pela divisão do objeto em grupos de contratação foi apresentada e recai sobre o inc. I do § 3º do art. 40, da lei n. 14.133/2021, pois se assevera que:

[...] O parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os itens foram agrupados em lotes homogêneos, compostos por materiais de mesma natureza e finalidade, possibilitando maior competitividade entre os licitantes. [...] **a contratação por lotes contribui para a melhoria da logística de fornecimento, evitando a fragmentação excessiva de contratos e facilitando a gestão e fiscalização contratual**, sem comprometer a economicidade e a eficiência. Tal modelo também assegura maior padronização dos materiais



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

adquiridos, reduzindo riscos de incompatibilidade entre itens.

Aduzindo a equipe de planejamento da contratação que a divisão do objeto em lotes homogêneos *contribui para a melhoria da logística de fornecimento, evitando a fragmentação excessiva de contratos e facilitando a gestão e fiscalização contratual*, salvo melhor juízo, trata-se de hipótese de redução de custos na gestão de contratos, que por outro lado, aumentaria caso se adotasse o parcelamento total dos itens.

O órgão demandante, após a realização dos estudos técnicos, declara que os lotes são formados por itens homogêneos, o que sugere a semelhança e que compõem uma mesma estrutura de fornecimento.

Esta análise é estritamente técnica e pertence ao órgão de gestão, por meio da equipe de planejamento da contratação.

Recomenda-se nesse sentido, somente por colaboração à instrução processual, que o órgão demandante, por máxima cautela, certifique-se de que os itens integrantes de cada lote de fato não possuam natureza distinta, sendo compatíveis entre si e possam, todos, ser fornecidos pelo mesmo fornecedor.

Ademais, tanto quanto suficiente, **a critério de análise de suficiência do órgão demandante** e prestígio à motivação dos atos administrativos, recomenda-se respaldar as circunstâncias motivadoras da reunião dos itens em lotes, por meio documental, via **estudos de viabilidade técnica e econômica**, conforme impõe a Súmula n. 21/2011 do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE/MT):

Resolução de Consulta n.º 21/2011. (...) 1. O parcelamento do objeto da contratação é uma determinação e não uma mera faculdade. Para não realizá-lo é preciso que se demonstre que a opção não é vantajosa ou viável naquela situação específica, **por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica**, nos termos do §1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

### III.2.4) Estimativa do valor da contratação

O inc. VI do art. 18 prevê a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. No entanto, no item 8 do ETP tão somente se declina o valor estimativo da contratação.

Por isso, **recomenda-se a complementação do elemento**, para a inclusão e referência aos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

### III. 3) Da análise de riscos

O art. 18, inciso X, da Lei n. 14.133/21 estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar **a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual**.

Segundo a consultoria Zenite, **o gerenciamento de riscos da contratação**, no âmbito da nova Lei de Licitações, constitui uma etapa do planejamento que se situa entre o estudo técnico preliminar e o termo de referência/projeto básico.

Em complemento, sob a ótica da renomada consultoria, – ainda que não conste expressamente da Lei n. 14.133/2021, entende-se possível dispensar a realização da análise de riscos quando o planejamento da contratação envolver a contratação de solução extremamente simples ou que se observe, por exemplo, elevado nível de conhecimento que a Administração já acumulou, não demandando assim a elaboração de um gerenciamento de riscos específico, ou permitindo o aproveitamento de estudos anteriores elaborados para outras ocasiões, devendo a Administração justificar a desnecessidade de instruir o planejamento com tal requisito.

No caso em exame, a equipe consignou o seguinte na análise riscos (p. 55): *“objeto da contratação possui caráter comum, padronizado e amplamente comercializado no mercado, não envolvendo soluções técnicas complexas, inovação tecnológica, atividades intelectuais*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

*especializadas ou riscos operacionais relevantes que justifiquem a elaboração de um Mapa de Riscos específico. Ademais, trata-se de contratação recorrente e rotineira na Administração Pública Municipal, já realizada em exercícios anteriores, com histórico satisfatório de execução contratual, sem registros significativos de intercorrências que impactassem o cumprimento do objeto, prazos ou valores contratados. O modelo de contratação adotado, por pregão eletrônico, aliado ao parcelamento dos itens, reduz substancialmente os riscos de desabastecimento, atraso na entrega ou dependência de fornecedor único, uma vez que permite maior competitividade, ampla participação de licitantes e flexibilidade no fornecimento conforme a necessidade da Administração. Destaca-se, ainda, que os riscos inerentes à contratação encontram-se adequadamente mitigados por meio das cláusulas previstas no edital, no Termo de Referência e na futura Ata de Registro de Preços, tais como: exigência de atendimento às especificações técnicas, prazos de entrega definidos, penalidades administrativas, fiscalização contratual e mecanismos de controle e acompanhamento da execução..”*

Da leitura do texto, verifica-se que a demandante justificou a dispensa de análise de riscos em razão de contratação de solução extremamente simples e elevado nível de conhecimento da Administração sobre o objeto, além da mitigação de riscos dispostas nos demais instrumentos do processo.

Recomenda-se, contudo, e a critério do órgão solicitante, que indique na justificativa os processos pretéritos que formaram o *know-how* da Administração acerca do objeto a ser contratado, a fim de garantir robustez e auditabilidade às declarações apresentadas.

### **III. 4) Da modalidade licitatória eleita**

No caso dos autos, o órgão demandante optou pela modalidade licitatória pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços, que possuem regulamentação legal na Lei n. 14.133/2021.

O texto legal disciplina em seu artigo 6º, inciso XLI, que o pregão é a modalidade destinada a aquisição de bens e serviços comuns, e o inciso XIII do mesmo normativo define que



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.**

Embora o legislador tenha definido de maneira geral os casos em que a modalidade licitatória pregão se aplicam, não há estipulação precisa e taxativa de rol de bens e serviços que são considerados comuns e usuais de mercado.

Por isso, cabe à equipe técnica do órgão demandante, na fase de planejamento e por meio do levantamento de mercado, verificar se ela se amolda à definição de bens e serviços comuns e usuais de mercado, para legitimar a utilização do pregão.

Jessé Torres Pereira Junior (Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 6ª ed., Renovar, 2003, p.1006) entende que:

Em aproximação inicial do tema, pareceu que 'comum' também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser 'comum', no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado.** Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto.

Com isso, é de se presumir que, antes mesmo de lançar o procedimento administrativo, a autoridade competente realizou ampla pesquisa de mercado para que conseguisse chegar à conclusão de que os serviços e/ou bens que pretende licitar se enquadram nos conceitos acima elencados, **o que se verifica informado no TR à p. 92.**

Nesse contexto, da análise dos autos, notadamente do conteúdo do Termo de Referência e justificativa anexos, pressupõe-se, estritamente com base nos estudos técnicos sobre os quais se presume a legitimidade, que o objeto a ser licitado enquadra-se dentre o conceito de bens e serviços comuns, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

### III. 5) Dos requisitos legais para a realização do pregão

O pregão eletrônico é regido por legislação nacional, e no âmbito municipal pelo decreto n. 5/2024, e dentre suas normas se estabelece os procedimentos preparatórios que deverão ser observados pela administração quando da adoção desta modalidade licitatória. Neste sentido dispõem, respectivamente, o art.18 da Lei n. 14.133/21, e o art. 10, do Decreto Municipal n. 5/2024<sup>1</sup>, *ipsis litteris*:

**Art. 18.** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

<sup>1</sup>“Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras da Administração Pública Direta e Indireta no âmbito do Município de Comodoro/MT.”



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

**Decreto Municipal n. 5/2024:**

**Art. 10.** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos os documentos e procedimentos necessários de que dispõe o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, observada a modalidade de licitação adotada, nos termos do art. 3º.

Frente a isso, passa-se ao cotejo entre estas exigências legais e regulamentares e a instrução dos presentes autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pelo órgão demandante.

**III. 5.1) Da justificativa da contratação**

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados.

Recomenda-se, por isso, especial cautela quanto aos seus termos, que devem ser claros, precisos e corresponder a real demanda da municipalidade, sendo inadmissíveis especificações que não agreguem valor ao resultado da contratação, ou superiores às necessidades do Município, ou, ainda, que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente.

Por isso, os autos do procedimento licitatório devem ser instruídos com a devida justificativa da demanda, baseada em adequada fundamentação, apresentada a sua pertinência e relevância em relação à necessidade identificada.





## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

No caso em concreto, verifica-se a presença da justificativa (p. 59-61) cuja discricionariedade e mérito são de atribuição do órgão demandante.

### III. 5.2) Da pesquisa de preços e do orçamento estimado

A pesquisa de preços deve ser **ampla, atualizada e metodologicamente consistente**, refletindo os valores praticados pelo mercado em relação aos bens ou serviços pretendidos. A complexidade da demanda e os riscos envolvidos exigem rigor na seleção das fontes e na construção do orçamento estimado.

Vejamos o teor da resolução de consulta n. 20/2016, do TCE/MT, a respeito da matéria:

**Ementa:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. **1)** A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: **preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária**; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. **2)** Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

O art. 23 da lei n. 14.133/2021 dispõe que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

O §1º do mesmo dispositivo legal complementa:



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No município de Comodoro/MT, o Decreto Municipal n. 11/2023 dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, e tocante aos seus elementos, em vista de sua natureza técnica e variação de acordo com a natureza e complexidade da contratação, recomenda-se, no que couber ao caso em concreto, a observância aos seus requisitos obrigatórios.

Nessa linha, assim como a legislação regente, o art. 4º da normativa local estabelece os parâmetros a serem adotados na realização da pesquisa de preços, a saber:

Art. 4º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I. composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços,



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III. dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV. pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou V. pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

É importante observar que nos termos do §1º do art. 4º, **qualquer que seja o parâmetro adotado, deverão ser apresentados, no mínimo, 03 (três) fontes de preços, com exceção à apresentação de justificativa e documentos comprobatórios da circunstância, no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o §2º, o que deve ser verificado e atestado pelo órgão demandante, para se assegurar do cumprimento à normativa.**

Ademais, a normativa estabelece que, na formação do preço estimado, **devem ser adotadas prioritariamente as fontes previstas nos incisos I e II do dispositivo mencionado, cabendo à Administração justificar, de forma expressa nos autos, qualquer hipótese de impossibilidade de sua utilização, nos termos do §3º do art. 4º.**

Ressalto, ainda, a necessidade de se observar os elementos formais do documento de balizamento dos preços, elencados no art. 2º do decreto em voga, a saber:

Art. 2º. A pesquisa de preços será materializada em documento de balizamento que conterá, no mínimo:

- I. descrição do objeto a ser contratado;
- II. identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- III. caracterização das fontes consultadas, com indicação do preço unitário e quantidade, CNPJ do fornecedor, razão social, número da ata de registros de preços ou contrato utilizado, dentre outros elementos necessários para a qualificação da fonte obtida;
- IV. método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

V. justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VI. memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte, e

VII. justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do § 1º do art. 23, da Lei n.º 14.133/2021.

**§ 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.**

**§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final. (grifos)**

Frente aos critérios mencionados, passa-se ao cotejo dos autos.

No “Termo de Justificativa de Preços” (p. 441-) a equipe técnica menciona o uso do sistema Banco de Preços (fonte secundária).

Embora o Banco de Preços configure fonte secundária (**sítio eletrônico especializado de domínio amplo – inc. III do art. 4º do decreto 11/2023**), é certo que dentre suas fontes de consulta estão painéis de preços e outras fontes governamentais/oficiais.

Por isso, **recomenda-se a avaliação dos itens pesquisados, e desde que** a equipe técnica verifique que a utilização do sistema Banco de Preços em determinados itens teve como fontes de consultas painéis e catálogos governamentais, a exemplo do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); GOV/Compras, tabela SINAPI e outras fontes oficiais e governamentais que se enquadrem no inc. I do art. 4º, do decreto municipal n. 11/2023, recomenda-se registrar tal circunstância no instrumento (balizamento de preços), a fim de evidenciar que apesar do parâmetro adotado ter sido sistema Banco de Preços (sítio especializado de amplo domínio público, mas que não é considerado fonte prioritária), as fontes de pesquisas angariadas pela ferramenta privada, foram governamentais e prioritárias, satisfazendo o requisito do § 3º do art. 4º, do decreto 11/2023.

Para os eventuais itens que não tiveram como fontes de pesquisas as indicadas nos incs. I e II do art. 4º do decreto 11/2023, **recomenda-se que seja realizada a ampliação das**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**pesquisas de preços, especialmente adotando-se a(s) fonte(s) prioritária(s) do inc. I e II do art. 4º do decreto 11/2023 – ou – a apresentação de justificativa sobre a impossibilidade de consulta às fontes preferenciais, nos termos do (§3º do art. 4º).**

Recomenda-se também que a equipe técnica certifique que em relação a cada item, em qualquer que seja o parâmetro adotado, tenham sido apresentadas, no mínimo, 03 (três) fontes de preços (§ 1º do art. 4º, decreto 11/2023), **com exceção à apresentação de justificativa e documentos comprobatórios da circunstância, no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o § 2º do art. 4º do decreto 11/2023.**

Em adicional, **recomenda-se explicitar no termo de justificativa de preços ou planilha orçamentária, o método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (média, mediana ou menos preço da amostra), conforme determina o inc. IV do art. 2º, do decreto n. 11/2023;**

**III. 5.3) Do termo de referência e da definição do objeto**

Cuida-se o termo de referência de documento de natureza técnica, essencial à instrução do procedimento e que deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo decustos e o cronograma físico-financeiro da execução.

Tal documento deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.

Estabelece também a lei de regência que deve deixar clara a definição do objeto do certame.

Nos autos, percebe-se a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta de Edital.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Em continuidade, nos autos se percebe a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta do edital.

Segundo o inc. XXIII do art. 6º, c/c §1º do art. 40, da lei n. 14.133/2021, o termo de referência deverá conter os seguintes elementos, no que couber ao caso em concreto:

[...]

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

[...]

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

Para a regularidade do certame é imprescindível que a definição do objeto, refletida no termo de referência, corresponda às reais necessidades do Município, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Deve-se registrar, na oportunidade, que dado ao caráter eminentemente técnico do TR, não pode a assessoria jurídica avaliar as especificações utilizadas, recomendando-se à administração que verifique o cumprimento deste requisito.

Em todo caso, quanto aos elementos obrigatórios retro mencionados, verificam-se neste procedimento as suas presenças, **com exceção dos elementos:**

- a) **descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**
- b) **requisitos da contratação”, que desde já se recomenda a inserção.**

Ademais, **algumas informações do TR recomendam análise pelo órgão demandante, que serão pontuadas nas linhas a seguir:**

- a) **Previsão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens/lotos de contratação abaixo de R\$ 80.000,00. Art. 48, I, da lei complementar n. 123/2006**

O item 2.3 (p. 93) do Termo de Referência estipulou que:

Devido ao município possuir o mínimo legal de 03 (três) empresas no ramo de atividade, para atender vários itens do presente processo licitatório, será aplicado o benefício previsto na lei 123/2006, sendo EXCLUSIVOS itens abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Entretanto, ao compulsar os valores estimados da contratação por lotes no Termo de Referência (p. 62-92), verifica-se que todos os 5 lotes em adjudicação excedem a R\$ 80.000,00, teto para a exclusividade de participação das MPEs, não incidindo, neste caso, o benefício do art. 48, I, da lei complementar n. 123/2006.

Portanto, recomenda-se **aplicar no presente licitatório a ampla participação de empresas dos demais portes societários, com as retificações necessárias nas peças do processo.**





**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**b) Da indicação de marcas no termo de referência (art. 41 da lei nº 14.133/2021)**

Da análise do Termo de Referência, verifica-se a existência de descrições de itens que, em determinados casos, fazem referência a marcas ou modelos por similaridade, especialmente em razão da diversidade e especificidade dos materiais que compõem os lotes licitados.

Considerando a multiplicidade de itens distribuídos nos lotes, é recomendável que a Administração observe, na fase de especificação do objeto, as diretrizes estabelecidas no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, de modo a evitar restrições indevidas à competitividade.

Nos termos do referido dispositivo, a indicação de marca ou modelo somente é admitida em caráter **excepcional**, devendo estar **formalmente justificada** e restrita às seguintes hipóteses:

- a) padronização do objeto, quando necessária para garantir uniformidade técnica ou operacional;
- b) compatibilidade com sistemas, equipamentos ou estruturas já existentes, evitando prejuízos à funcionalidade ou à eficiência administrativa;
- c) inexistência de alternativas equivalentes no mercado, quando determinada marca ou modelo for o único capaz de atender às necessidades da Administração;
- d) utilização da marca como referência, exclusivamente para facilitar a compreensão do objeto, devendo, nesse caso, ser acompanhada da expressão “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”.

Diante disso, recomenda-se ao órgão demandante que:

- a) evite-se a indicação direta de marcas como critério restritivo de participação;





**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

b) quando necessária a referência a marcas, justifique tecnicamente sua utilização no processo;

c) inclua expressamente a possibilidade de fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, resguardando a competitividade do certame;

d) promova a revisão das descrições dos itens, a fim de afastar eventuais direcionamentos indevidos (orientação sugestiva; se entendido que a revisão é necessária por cautela).

Ressalta-se que a inobservância dessas diretrizes pode comprometer os princípios da **isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa**, podendo ensejar restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

### **III. 5.4) Da previsão de existência de recursos orçamentários**

A lei n. 14.133/21 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

Direto ao ponto, se verifica a indicação orçamentária, às páginas 432-436.

### **III. 5.5) Autorização para a abertura da licitação**

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, deve emitir a autorização para a abertura da licitação.

No caso em análise, se verifica a autorização (p. 437-438).

**III. 5.6) Designação do pregoeiro e equipe de apoio**

Para a realização da licitação, a autoridade competente deve designar um agente de contratação, dentre os servidores dos quadros permanentes desta Municipalidade, cujas atribuições incluem tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação (art. 2º do decreto municipal n. 9/2023<sup>2</sup>).

Anote-se que a teor do inc. I do art. 3º do decreto mencionado, o servidor designado deve possuir atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

Ante o exposto, verificou-se a presença do instrumento de designação no documento “*Despacho 2-257/2026*”.

**III.5.7) Da minuta do edital e seus anexos (Documento “007\_EDITAL\_XX\_2026”).**

Segundo o art. 18, incisos V da Lei 14.133/21 o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

---

<sup>2</sup> Regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação de fiscais e gestores de contratos, nas áreas de que trata a Lei Nacional nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e dá outras providências



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

O Art. 25, por sua vez, dispõe que *o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

Quanto a estes pontos, da minuta do edital e seus anexos (termo de referência), salvo melhor juízo, constam tais requisitos.

Previamente, **recomenda-se que se exclua o sinal gráfico de previsão de “Exclusividade ME e EPP (Lei 123/2006), no quadro de “Benefícios Aplicados” (p. 2), em razão do já orientado no item III. 5.3, letra “a”, deste parecer (lotes acima de R\$ 80.000,00).**

**a) Item 4.3, letra “i”. Proibição de participação em consórcio, de empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si**

O art. 15 da Lei 14.133/2021 admite, em regra, a participação de empresas em consórcio nas licitações, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório. Assim, quando for permitida a participação de consórcio, as seguintes exigências devem ser cumpridas:

- Art. 15 [...] I – comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III – admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV – impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V – responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Salvo melhor juízo, a legislação não estabelece nenhuma vedação de que empresas controladoras, controladas ou coligadas formem consórcio (atuação conjunta) para participar de licitações.

A vedação legal em relação a empresas nesta condição tem fundamento do art. 14, V, da lei 14.133/2021, que dispõe que ***não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente [...] empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;***

A finalidade principal da proibição de empresas coligadas, controladas ou controladoras competirem entre si em uma licitação é **garantir a lisura, a competitividade real e a isonomia** do certame.

Essa vedação visa impedir o conluio, onde empresas do mesmo grupo econômico simulam concorrência para fraudar o resultado e obter vantagens indevidas.

O item n. 4.3, letra “i” do edital, de forma diversa da proibição do art. 14, V, atualmente proíbe a participação de empresas controladoras, controladas e coligadas, **mas na forma de consórcio**, o que, salvo melhor juízo, não é vedado pela legislação.

O impedimento de participação do art. 14, V, da lei n. 14.133/2021 foi disciplinado no edital no item 14.3, letra “f”, que impede a participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas, **concorrendo entre si**.

Assim, recomenda-se a exclusão do item 14.3, letra “i” do edital, uma vez que a participação de consórcio (reunião para participação conjunta) de empresas com vínculos, não é vedada pela legislação, configurando, caso permaneça no instrumento convocatório, cláusula restritiva de participação.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**b) Item 10.1. Necessidade de retificação para o critério de julgamento de menor preço por lote, em aderência ao ETP e TR. Sugestão de retificação e aprimoramento da redação do item 10.2.1**

Recomenda-se retificar o item 10.1, passando-se à previsão do critério de julgamento de menor preço por lote, em conformidade com os demais documentos técnicos do processo, que reuniram os itens em 5 grupos de disputa.

Ademais, por sugestão de aprimoramento redacional, recomenda-se incluir/retificar no item 10.2.1, a expressão “[...] Será **presumida** inexecutável a proposta com economicidade acima de 50% do valor orçado”, uma vez que **a presunção relativa de inexecutabilidade da proposta**, que deverá ter a executabilidade demonstrada por meio de diligências, é o entendimento jurisprudencial e doutrinário dominante sobre a matéria.

**c) Das exigências de habilitação**

Dispõe o art. 62 da lei n. 14.133/2021 que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; IV - econômico-financeira.

Além dos documentos de registro, inscrição e atos constitutivos, a lei n. 14.133/2021 determina, em suma, que a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.

**b.1) Da habilitação técnica**

A habilitação técnica se restringe à apresentação dos documentos relacionados no art. 67, da lei n. 14.133/2021, conforme o caso, a saber:



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do **caput** deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do **caput** deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Observa-se que para a comprovação da aptidão técnica a Administração pode impor exigências relativas ao licitante, quanto ao seu pessoal técnico, solicitando a comprovação por meio de certidões ou atestados de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Não se pode deixar de observar o que determina o art. 9º da lei nº 14.133/21, de que é vedada a inclusão de condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

A súmula/TCU n. 263/2011 esclarece que:





## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Recomenda-se, portanto, que o órgão demandante atente para os entendimentos do TCU sobre o tema, como acima apresentado, demonstrando, justificadamente, nestes autos, que os parâmetros de qualificação técnica fixados no edital são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se que as exigências formuladas não implicam em restrição ao caráter competitivo do certame (vide ainda o Acórdão nº 135/2005-P- TCU), e limitem-se aos documentos relacionados no art. 67, da lei n. 14.133/2021.

No caso em concreto, consoante item 9.4 do edital (p. 13), as exigências de qualificação técnica são as seguintes:

9.4 DA HABILITAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 9.4.1. Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, que comprovem a entrega do objeto/serviço similar, pertinente ou compatíveis ao objeto desta Licitação. Na descrição deverão conter informações que permitem o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança, pertinência ou compatibilidade com o objeto licitado.

Dessa análise, denota-se que as exigências de qualificação técnica deste edital, salvo melhor juízo, se limitam ao preconizado no art. 67 da lei n. 14.133/2021.

### **b.2) Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

Especificamente em relação a essa espécie de habilitação, dispõe o art. 68da lei n. 14.133/2021, que será aferida mediante a análise dos requisitos abaixo:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

No caso em concreto, consoante item 9.2 do edital (p. 12-13), as exigências de habilitação fiscal estão consonantes à legislação, **recomendando-se tão somente incluir a prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (inc. VI do art. 68).**

### **b.3) Da habilitação econômico-financeira**

Segundo o art. 69, da lei n. 14.133/2021, habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

**II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

No caso em concreto, o item 9.3 do edital (p. 13) estabelece a apresentação de “9.3.1. *Certidão negativa de Falência, emitida pelo Distribuidor da sede do licitante, constando ações movidas por e em desfavor da licitante (conforme o Tribunal); 9.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais [...]*” exigências que se mostram consonantes e limitadas ao texto legal.

### III. 5.8) Ata de registro de preços

#### a) Do registro e publicação da ata de registro de preços

Deverá a ARP ser registrada e publicada de acordo com o art. 16 do decreto n. 20/2023.

### IV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Segundo reza o art. 53 da lei n. 14.133/2021, compete à procuradoria municipal tão somente o exame prévio quanto aos aspectos jurídicos formais do procedimento, da respectiva minuta do edital e contrato administrativo a ser celebrado.

Sob essa ótica, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade administrativa sobre **a importância da devida motivação de seus atos**, na medida em que recairá sobre ela a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Por isso, parte-se da premissa de que o órgão demandante se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a adequação do objeto às necessidades da Administração Pública, observando os requisitos legalmente impostos.

O exame da demanda, por óbvio, fica adstrito aos documentos instrutores do procedimento presentes até a data de emissão desta manifestação, sem prejuízo de novo exame em caso de dúvida específica e mediante remessa dos autos eletrônicos.

Em razão do princípio da presunção da legitimidade dos atos administrativos, pressupõe-se que as especificações técnicas contidas no presente certame, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pela secretaria competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para melhor consecução do interesse público.

Nesse sentido, salutar mencionar, por analogia, o texto do art. 176, §3º do Regimento Interno do TCE-MT (aprovado pela Resolução Normativa nº 10/2017 - TP), que preceitua:

§ 3º. Será emitido parecer prévio, favorável ou contrário à aprovação das contas anuais, explicitando os elementos e fundamentos de convicção e ressaltando o fato de **que a manifestação se baseou, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica presumida.**

Recomenda-se atentar, ainda, para a observância aos prazos mínimos entre a publicação do edital e a ocorrência da sessão de licitação, elencados, conforme o caso, no art. 55, da lei n. 14.133/2021, **que neste caso é de mínimos 8 (oito) dias úteis, por se tratar de aquisição de bens pelo critério de julgamento de menor preço. (art. 55, I, “a”)**

### V – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral do Município manifesta-se **favoravelmente ao prosseguimento do procedimento licitatório**, na modalidade pregão



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

eletrônico com sistema de registro de preços, **desde que previamente atendidas às recomendações abaixo sintetizadas**, extraídas da fundamentação jurídica:

**a) quanto ao Estudo Técnico Preliminar (ETP):**

- complementar a descrição da solução como um todo, com detalhamento dos elementos que compõem a contratação;
- anexar ou justificar a ausência dos elementos facultativos não contemplados (resultados pretendidos e contratações correlatas);
- apresentar as memórias de cálculo e **documentos** que fundamentam a estimativa das quantidades;
- complementar a estimativa do valor da contratação com preços unitários referenciais e memória de cálculo;

**b) quanto ao parcelamento do objeto (lotes) – no ETP:**

- certificar por cautela, a homogeneidade dos itens agrupados em cada lote;
- reforçar, se necessário, e tanto quanto suficiente, a critério de análise do órgão gestor, a justificativa técnica e econômica da adoção do modelo por lotes, com respaldo documental;

**c) quanto à análise de riscos:**

- recomenda-se o reforço da justificativa de sua dispensa, com indicação de processos pretéritos que demonstrem o conhecimento acumulado da Administração;

**d) quanto à pesquisa de preços e orçamento estimado:**

- Certificar-se da observância aos parâmetros do Decreto Municipal nº 11/2023;



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- assegurar a utilização prioritária de fontes oficiais ou justificar sua não utilização;
- garantir a existência de, no mínimo, três fontes de preços por item ou justificar a impossibilidade;

- explicitar o método estatístico adotado para definição do valor estimado;

**e) quanto ao Termo de Referência (TR):**

- inserir os elementos obrigatórios ausentes, especialmente:
  - descrição da solução como um todo;
  - requisitos da contratação;
- revisar as especificações técnicas para evitar restrições indevidas à competitividade;

**f) quanto ao tratamento favorecido às ME/EPP:**

- adequar o instrumento convocatório, afastando a previsão de exclusividade, tendo em vista que os lotes superam o limite legal de R\$ 80.000,00;

**g) quanto à indicação de marcas:**

- observar rigorosamente o art. 41 da Lei nº 14.133/2021;
- justificar tecnicamente eventuais indicações;
- admitir expressamente produtos equivalentes ou superiores;
- revisar descrições que possam caracterizar direcionamento indevido (sugestão);

**h) quanto à minuta do edital:**

- excluir a vedação indevida à participação em consórcio de empresas coligadas, controladas ou controladoras (item 4.3, “i”);



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- 
- adequar o critério de julgamento para menor preço por lote (item 10.1);
  - aprimorar a redação quanto à presunção de inexequibilidade das propostas incluindo a expressão (item 10.2.1);
  - incluir a exigência de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**i) quanto às exigências de habilitação técnica:**

- manter a compatibilidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando eventual necessidade de exigências adicionais, sempre observando a vedação de restrição à competitividade;

**j) quanto aos demais aspectos formais:**

- garantir a publicação da Ata de Registro de Preços nos termos da regulamentação municipal;

**k) por fim, quanto ao prazo entre publicação e sessão:**

- observar o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, conforme art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o presente parecer possui natureza **opinativa**, não vinculando a decisão administrativa, cabendo à autoridade competente avaliar a conveniência e oportunidade do prosseguimento do certame, à luz das recomendações ora exaradas.

É o parecer, *s.m.j.*

Comodoro/MT, datado e assinado digitalmente.

**Rafael Vasconcelos**  
Procurador do Município